

NICOLAU ALEKHINE NO ARQUIVO IPHAN-SP:

UMA ABORDAGEM ETNOGRÁFICA

Rafael de Araújo Oliveira

Mestrando do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Orientador: Dr. Hilário Figueiredo Pereira Filho

rafael_araujol@hotmail.com

O objeto que nos propusemos a investigar é o Fundo Nicolau Alekhine, pertencente ao Arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo – IPHAN-SP. Este fundo é composto por uma documentação diversificada: plantas, croquis, desenhos e mapas elaborados a partir de inventários de particulares, testamentos, estudos genealógicos e dominiais, manuscritos de pesquisas envolvendo ações judiciais em propriedades públicas e privadas no Estado de São Paulo, certidões de compra e venda de terrenos, cópias de escrituras, minutas de petições, dentre outros. Ao todo são aproximadamente 9 metros lineares de documentação distribuídas em 62 caixas-box.

Sob guarda do IPHAN-SP desde a década de 1960, esta documentação permanece desconhecida. Monteiro (1994, p. 244) já chamava atenção para a importância desta documentação ao tratar do desenvolvimento econômico e a expansão territorial paulista no século XVI. Segundo ele

A extensão da influência de Fernão Dias nas áreas próximas ao rio Pinheiros pode ser apreciada a partir dos belos mapas desenhados por Nicolau Alekhine em seu exaustivo trabalho inédito e praticamente desconhecido sobre as terras da União no município de São Paulo, arquivado na delegacia paulista do SPHAN/Pró-Memória.

O objetivo da pesquisa é desnaturalizar este arquivo dando voz aos principais agentes que participaram tanto da sua constituição, como de sua trajetória. Para tanto,

foram consultados documentos do Arquivo IPHAN-SP (textual e fotográfico); Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro – RJ; Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito do Bairro da Saúde – São Paulo – SP; Arquivo do Superior Tribunal Militar – Brasília – DF. Este último, constituiu uma importante fonte de pesquisa já que contém informações cruciais sobre a trajetória de vida de Nicolau Alekhine, bem como a de seu arquivo particular.

Como metodologia, adotamos as seguintes questões: em que contexto se constituiu o Arquivo de Alekhine? Quais os múltiplos sentidos foram atribuídos ao mesmo arquivo em diferentes períodos e por distintos sujeitos? Que atores participaram na acumulação, guarda e destinação deste Arquivo? Nosso foco é a produção de uma “biografia do arquivo”, entendendo-o como um objeto passível de representações e diferentes apropriações ao longo do tempo. Para tanto, utilizamos os conceitos da antropologia e da história para refletirmos sobre o arquivo como lugar de construções sociais onde é possível perceber as relações de poder, intencionalidades, silenciamentos e as atribuições de valor pelos diferentes sujeitos. A própria destinação do arquivo para o Iphan-SP constitui uma dimensão da valorização desta documentação, já que as instituições arquivísticas constituem um lócus privilegiado para tal por serem voltadas para a preservação da memória (HEYMANN, 2012, p. 77)

Em nosso trabalho, utilizamos o conceito de “biografia do arquivo” como sendo a “história da construção do conjunto documental considerado ‘o arquivo’ de uma entidade (ou indivíduo), seja ele pessoal ou institucional” (Idem, p. 46). Para Heymann

(...) a sugestão de traçar a biografia dos arquivos é interessante ao contribuir para desnaturalizá-los, em vez de reificar sua ‘coerência’, mostrando como eles, da mesma forma que os indivíduos, são muitas vezes objetos de ilusões que fazem desaparecer descontinuidades e deslocamentos, perdas e acréscimos, tanto materiais quanto simbólicos. Nesse sentido, trata-se não de tomar o arquivo como uma entidade simplesmente, mas sim de entender como se torna uma entidade com certos contornos, certa localização e certos atributos. (Ibidem, p. 47)

Através da etnografia dos processos de acumulação de documentos procuramos realizar o “trabalho de campo” no arquivo de Alekhine, buscando entender a(s) relação(ões) entre o titular e seu arquivo. O que os documentos revelam sobre a personalidade de seu titular? Quais as consequências das diferentes intervenções pelas

quais o arquivo passou para essa percepção? Essas e outras questões serão trabalhadas em nossa pesquisa buscando trazer luz a este arquivo pessoal, hoje parte do acervo do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio.

Durante boa parte da pesquisa, fizemos a “imersão” no acervo e adotamos um caderno de campo que serviu de suporte para anotarmos as principais impressões, reflexões e análises dos documentos selecionados para a pesquisa. Notando que a documentação estava desorganizada e que boa parte dos documentos não correspondiam à descrição situada nas caixas, condensamos as informações do caderno em uma planilha no formato *excel* que poderá contribuir para a localização dos documentos dentro do arquivo, agilizando a recuperação da informação¹.

Através da pesquisa, foi possível traçar uma narrativa sobre a biografia deste arquivo até então, pouco pesquisado e carente de meta-informações sobre sua prática de acumulação, transferências e doações e sobre seu titular. A partir desta necessidade, foi proposta nossa investigação tendo em vista que constituíam informações cruciais para a Instituição que o abriga, bem como para os futuros pesquisadores que poderão acessá-lo. Questão que também suscitou essa investigação é o fato de este acervo possuir um tema muito específico e que pouco se relaciona com as atribuições do IPHAN enquanto instituição responsável pela preservação do patrimônio no âmbito nacional. A maioria dos documentos que hoje compõem o Arquivo IPHAN-SP são referentes aos bens culturais acautelados pela instituição cujos temas variam entre as áreas de arquitetura, arqueologia, antropologia, história, história da arte, conservação, restauro, educação patrimonial, dentre outros, enquanto o Fundo Nicolau Alekhine abarca à nível macro, documentos sobre a organização fundiária no Estado de São Paulo. Desse modo, nossa pesquisa poderá contribuir para uma melhor compreensão deste conjunto documental para a disponibilização pública, tomada de decisões com relação a sua guarda, conservação ou destinação para outros órgãos, bem como uma apropriação por parte dos funcionários da Superintendência.

¹ Ver 3º Produto das Práticas Supervisionadas: Banco de dados do Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, maio de 2019 – Rafael de Araújo Oliveira – trabalho realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN.

Nosso ponto de partida, entendendo a pesquisa histórica institucional como um trabalho fundamental para o tratamento documental dentro dos arquivos, foi a investigação da história de vida do seu titular, que por vezes, se confundirá com a trajetória do arquivo.

1º de dezembro
Olhos

Nº 228
11/11/1936

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE HIGIENE
DIVISÃO DE SERVIÇOS DOMÉSTICOS

678

Registro N.º 6042

VIA PARA USO DO Depart.
do Expediente e do Pessoal
onde tomou o N.º

NOME: Nicolau Alekhine
Pai: Miguel Alekhine
Mãe: Julia Alekhine
Nascido a 31 de Dezembro de 1893 Nacionalidade Brasileira-Nat.
Natural de Tula- Rússia
Estado civil casado Data do casamento

NOTAS CROMÁTICAS, ETC.

Cúis: branca
Cabelos: cast. cl.
Barba: rasp.
Bigodes: cast. e pjar.
Olhos: esverd.
Marcas, Cicatrizes, etc.

FORMULA DACTILOSCÓPICA.
Série: *2. 243*
Secção: *7. 4242*

Identificação feita em 30 de Novembro de 1936

Assinaturas do Identificado:

INTERESSADO: *Nicolau Alekhine*
INTERMEDIÁRIO: *Nicolau Alekhine*

Visto: *11/11/1936*
Chefe da Divisão

OBSERVAÇÕES:

Fig. 1: Registro n° 6042 – Nicolau Alekhine - Departamento de Higiene da Prefeitura do Município de São Paulo. Apelação n° 40.729 (1975) SP – Arquivo do Superior Tribunal Militar, fl. 228 (Apenso 1)

Nicolau Alekhine nasceu na cidade de Tulla, na Rússia, em 31 de dezembro de 1893, filho de Miguel Alekhine e Júlia Alekhine. Aos 23 anos, ingressou na Escola Militar de Moscou. Tendo alçado o posto de capitão do exército em 1921, lutou na Revolução Russa contra o exército vermelho. No mesmo ano, veio para o Brasil como exilado de guerra, desembarcando no Rio de Janeiro. Permaneceu nesta cidade durante

um ano, até mudar-se para São Paulo, local onde construiu sua vida profissional e por conseguinte iniciou a “feitura” de seu arquivo particular².

Tendo conhecimento prévio de engenharia, topografia e cartografia, trabalhou como desenhista na Comissão de Defesa Jurídica do Patrimônio da Prefeitura Municipal (1927 – 1932) e na Comissão de Retificação do Rio Tietê, simultaneamente. Neste mesmo período, foi convidado por João Batista Campos Aguirra para trabalhar na organização do que hoje conhecemos como “Arquivo Aguirra”: um grande acervo sobre a organização fundiária da cidade de São Paulo, hoje sob guarda do Museu Paulista da Universidade de São Paulo - USP³. A partir de 1932, Alekhine trabalhou realizando levantamentos topográficos para diversos engenheiros civis até o ano de 1936, quando conseguiu a naturalização e foi nomeado como Desenhista da Prefeitura Municipal de São Paulo, na Divisão de Patrimônio. Neste órgão atuou até 1944, quando de sua demissão a pedido. A atuação neste órgão, possibilitou a ampliação de seu arquivo particular onde pôde realizar diversas pesquisas sobre bens dominiais dentro do município elaborando fichários de apontamentos, relacionados a filiação dos bens dominiais, não só de particulares como públicos - da União, Estado e Município - anotando e reproduzindo as fontes onde se achavam as informações sobre os imóveis que pesquisava.

De 1944 adiante, atuou como pesquisador e perito contratado por terceiros para resolução de litígios sobre posse e domínio de terras na capital, serviço que exercia com expertise. Devido à isso, em 1956, foi apresentado à Nero de Macedo Júnior, Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo - PGFN, que o convidou para auxiliá-lo como pesquisador e consultor particular. Á partir daí, Nicolau Alekhine se especializou na pesquisa sobre o domínio de terras da União, com a finalidade de propor ações discriminatórias. Em 1958, por já ter pesquisado os terrenos da Chácara da Glória, foi-lhe encomendado um estudo mais completo sobre o histórico de posses da área por Nero Macedo Júnior para que subsidiasse uma ação de reconhecimento de domínio em nome da Fazenda Nacional. O fato de Alekhine

² Estas informações e as seguintes, referentes à trajetória de Nicolau Alekhine podem ser consultadas na *Apelação nº 40.729 (1975)* – Arquivo do Superior Tribunal Militar – STM em Brasília/DF.

³ Ver *Arquivo Aguirra – Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo*. (PIRES, 2002-03).

dominar os conhecimentos sobre esta área em particular levou-o a ser apresentado, em 1963, para o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira através do procurador da PGFN, Alfredo Zanoni. Essa relação profissional teve como consequência a investigação e configuração de tentativa de estelionato de terrenos do Hospital Militar da Área de São Paulo, hoje, Hospital Geral de São Paulo – HGSP – onde Alekhine foi indiciado em dois Inquéritos Policiais Militares – IPMs pelo Exército.

O crime de estelionato, o qual foram enquadrados o Tenente Coronel Ariolando Carneiro de Oliveira e Nicolau Alekhine, está previsto no Código Penal Militar (Decreto Lei nº 6227, de 24 de janeiro de 1944), que vigorava à época da prisão dos já citados indiciados. No “título VI – Dos Crimes contra o Patrimônio; Capítulo III – Da Apropriação Indébita e do Estelionato”, em seu artigo nº 207, é conceituado o estelionato como “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.”⁴ Neste caso, o objeto que os indiciados tentaram se apropriar foi um terreno vizinho ao HGSP, sob a administração direta do Exército Brasileiro e propriedade da Fazenda Nacional, localizado na Chácara da Glória, hoje, bairro do Cambuci, no município de São Paulo – SP. Segundo consta nos autos do IPM nº 278/64, apensado à Apelação nº 40.729 (1975), do Supremo Tribunal Militar, para tanto, os indiciados cometeram o crime “forjando documentos, alterando plantas, fazendo falsos registros em cartório de títulos e documentos.”⁵ Nicolau Alekhine e seu arquivo particular foram apreendidos pelo exército brasileiro em 4 de maio de 1964⁶. A prisão de Alekhine e de seu arquivo pessoal levou a abertura de outro IPM, dessa vez, com a finalidade de apurar

os fatos e devidas responsabilidades, nas atividades desenvolvidas pelo indiciado Nicolau Alekhine e ou outros, capituláveis nas Leis que definem os crimes militares e os crimes contra o Estado e seu Patrimônio e a Ordem Política e Social, evidenciados em documentos pertinentes ao Patrimônio da

⁴ Código Penal Militar, Decreto Lei nº 6227, de 24 de Janeiro de 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-6227-24-janeiro-1944-417391-publicacaooriginal-65269-pe.html>

⁵ Apelação nº 40.729 (1975) – Supremo Tribunal Militar - STM: Brasília/DF, fl. 1A (Vol. 1).

⁶ Habeas Corpus nº 26.827 (1964) – STM, fl. 2.

União, à Justiça do Estado e à Segurança Nacional, apreendidos em poder do indiciado(...)⁷.

Ao encontrar diversos documentos relativos ao patrimônio histórico nacional, em particular, ofícios do comandante da Praça de Santos versando sobre a “ocupação indevida de próprios nacionais” sob a responsabilidade do 4º Distrito do D.P.H.A.N. naquela cidade, Luís Saia é convocado a prestar depoimento como testemunha informante, em 05 agosto de 1964⁸. Tendo contato com grande parte dessa documentação, Saia solicitou a transferência para a Superintendência dos documentos relativos aos imóveis tombados “indispensáveis para o estudo e proteção dos monumentos”⁹. Estes documentos que interessaram Luís Saia são referentes aos bens culturais tombados no Estado de São Paulo: Fortaleza da Barra Grande e Fortim da Praia do Góis (ambos no Guarujá).¹⁰

Após a solicitação de Saia, o Exército doou boa parte da documentação para a Superintendência do IPHAN em São Paulo.¹¹ Um funcionário da Superintendência tentou organizar essa documentação tempos depois da transferência. Apesar dos esforços, segundo ele, a documentação estava *a priori* muito desorganizada e após a morte de Luís Saia em 1975, esses trabalhos relativos ao Fundo Nicolau Alekhine foram deixados de lado. Desorganizada, a documentação é um reflexo dos processos de transferências e intervenções que foram sendo feitas (Nicolau Alekhine > Exército > IPHAN-SP) sendo a mais considerável das intervenções, a que coube aos militares.

Sob posse da documentação, os militares criaram um carimbo com os dizeres “Documentos apreendidos em a[sic] residência do Sr. Nicolau Alekhine” e identificaram parte da documentação. No entanto, o que constituía um simples ato de

⁷ Portaria de 22 de Julho de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 2 (Apenso 1).

⁸ Termo de Inquirição de Testemunha Informante. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 68 (Apenso 1).

⁹Ofício 105/64 de Luis Saia – Chefe do 4º Distrito da DPHAN ao Capitão João Sihler – encarregado do IPM, 02 de outubro de 1964. Apelação nº 40.729 (1975) – STM, fl. 637 (Apenso 3).

¹⁰ À época da prisão e transferência do arquivo para o IPHAN-SP, estes bens estavam em processo de tombamento pela instituição, sendo a Fortaleza da Barra Grande tombada em 1964 e o Fortim da Praia do Góis, por extensão do tombamento, em 1969 (Ver processo de tombamento nº 0441-T-50 – Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro).

¹¹ A documentação de Alekhine foi dispersa após sua prisão. Os militares, ao encontrar diversos documentos originais de arquivos públicos, acabaram restituindo-os. Outros documentos foram doados para o Serviço de Patrimônio da União – SPU e para a própria Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em São Paulo – PGFN-SP.

identificação acabou se tornando um ato arbitrário, já que muitos documentos além de carimbados, foram manchados com tinta de carimbo cuja intencionalidade paira entre o ocultamento das informações e o caráter punitivo da ação.

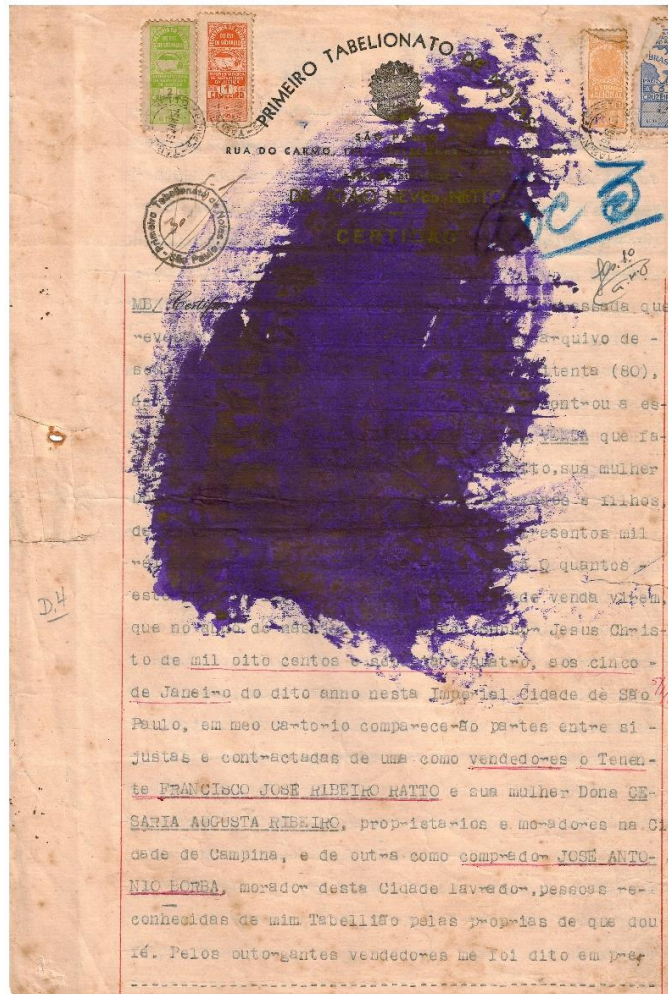


Fig. 2: Documento manchado com tinta. Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, Cx04/62.

Na imagem acima, percebemos que o documento, por sua espécie, é uma certidão extraída do Primeiro Tabelionato de Notas de São Paulo. A rigor, qualquer certidão que seja emitida, tem como função certificar e dar fé sobre alguma informação cujos interessados solicitem. As certidões, portanto, confirmam alguma informação já registrada em livros (de assentamento, nascimento, óbito, registros de terras) sob posse de tabeliães, cartórios e registros civis, por exemplo. Esse fato põe em cheque a intencionalidade da intervenção relacionada ao ocultamento das informações por parte dos militares, levando-nos a crer, que neste caso, tratou-se meramente de uma ação

punitiva, já que se os militares queriam realmente ocultar as informações contidas na certidão eles precisariam intervir no livro de registro do órgão competente e não no documento, que poderia ser emitido novamente, sempre que solicitado.

Estas intervenções, bem como o fato de o Exército não ter à época, se preocupado com a organização dos documentos atribuída por seu titular¹² levou a falta de organicidade e a completa perda da titularidade. O Fundo Nicolau Alekhine, do jeito que se encontra, é um reflexo destas ações permeadas por arbitrariedades e excessos praticados pelos agentes que dele se apossaram. Apesar de intencional e violenta, as intervenções realizadas pelos militares cobriram um total de 16% do acervo, sendo o restante minimamente preservado. Felizmente, a maioria dos documentos acabaram por se salvar.

Por fim, Nicolau Alekhine, como pesquisador levantou dados sobre imóveis da capital paulista e do interior do Estado, totalizando os seguintes números¹³:

- ✓ 122 terrenos pesquisados entre vilas, chácaras, sítios e fazendas cuja nomenclatura corresponde, principalmente, aos processos de urbanização no século XIX;
- ✓ 20 terrenos correspondentes às sesmarias, referentes a organização territorial dos séculos XVI, XVII e XVIII;
- ✓ 44 bairros em 21 cidades do Estado de São Paulo, cuja nomenclatura permanece nos dias atuais;
- ✓ 96 proprietários de terras tiveram seus imóveis contemplados nas pesquisas por ele feitas;
- ✓ 28 empresas e companhias cujo patrimônio imobiliário constituiu seu objeto de pesquisa;

¹² Em sua defesa, Nicolau Alekhine se queixa de ter sido arbitrariamente prejudicado com a apreensão de seu arquivo particular, uma vez que continham informações sobre sua atuação profissional. Durante todo o processo, Alekhine tenta reaver seus documentos, sem sucesso. Esse zelo por seu arquivo pessoal, bem como o design rebuscado na identificação dos maços revelam todo um cuidado com seus documentos que não corresponde a atual organização do arquivo. (Ver Habeas Corpus nº 26827 – 1964 – RJ. Arquivo do Superior Tribunal Militar – Brasília/DF).

¹³ Levantamento feito pelo autor (Ver 3º Produto das Práticas Supervisionadas: Banco de dados do Fundo Nicolau Alekhine – Arquivo IPHAN-SP, maio de 2019 – Rafael de Araújo Oliveira – trabalho realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural – IPHAN).

Ainda que os documentos tenham despertado o interesse de Luís Saia na década de 1960, dentro e fora da Superintendência, o Fundo Nicolau Alekhine permanece desconhecido. Hoje, 54 anos depois de sua transferência para o IPHAN-SP, esta documentação ganha voz e constitui um importante conjunto de documentos que narram a história da ocupação territorial de São Paulo. Muito dos mapas que foram produzidos por Alekhine sobre a sucessão de terras e genealogia paulista, pautados em inventários e registros cartoriais estão dissociados dos documentos textuais correspondentes, deixando uma lacuna que poderá ser preenchida através de pesquisa e ordenamento documental adequado.

Essas ações junto ao Fundo e o acesso público a este material poderão trazer novas possibilidades de pesquisa, como por exemplo, a utilização dessas fontes como subsídios para ações judiciais envolvendo questões de reintegração de posse em terrenos da União; o estudo de seus mapas como recurso didático para o ensino da ocupação territorial de São Paulo em sala de aula; a história da urbanização da cidade a partir da perspectiva de Alekhine; ou ainda, do ponto de vista do direito, a pesquisa histórica sobre grilagem de terras devolutas em regiões do Estado de São Paulo.

Bibliografia

HEYMANN, Luciana Q. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PIRES, Walter. Arquivo Aguirra. Fonte documental sobre a formação territorial de São Paulo. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 10/11. p. 61-78 (2002-2003).

TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (orgs.). **Arquivos Pessoais: Reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Arquivos Consultados

Arquivo Iphan-SP – São Paulo/SP

Arquivo Fotográfico Iphan-SP – São Paulo/SP

Arquivo Central do Iphan – Seção Rio de Janeiro/RJ

Arquivo do Superior Tribunal Militar – Brasília/DF

Registro Civil das Pessoas Naturais do 21º Subdistrito – Saúde – São Paulo/SP

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019